



Revista Comunicação Midiática
ISSN: 2236-8000
v. 13, n. 1, p. 140-154, jan./abr. 2018

Alteridade, empatia e afetividade no jornalismo: um estudo sobre a desinstrumentalização e compreensão do outro na narrativa de informação

Alteridad, empatía y afectividad en el periodismo: un estudio sobre la desinstrumentalización y la comprensión del otro en la narración de información

Alterity, empathy and affectivity in journalism: a study on the disinstrumentalization and comprehension of the other in the information narrative

José Augusto Mendes Lobato

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP), professor da Universidade Anhembi Morumbi e da Universidade São Judas Tadeu. Editor de conteúdo na consultoria Report Sustentabilidade.

gutomlobato@gmail.com

Mayara Luma Assmar Maia Lobato

Coordenadora adjunta do curso de Jornalismo e professora dos cursos de Comunicação Social do FIAM-FAAM Centro Universitário. Jornalista, doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP e mestre em Comunicação pela Faculdade

Cáspes Líbero. mayaraluma@gmail.com

RESUMO

Partindo da ideia de que a narrativa jornalística é, mais que um campo de repasse de informação, lugar de encontro e descoberta do outro em variados níveis e categorias, este texto problematiza as funções e o modo como a alteridade é significada em gêneros jornalísticos ou iniciativas híbridas. A ancoragem nos conceitos de exclusão, representação e identidade-alteridade dá sequência a um debate sobre a natureza testemunhal do narrar jornalístico e seu poder afetivo e sensível. Ao fim, realizamos uma breve análise narrativa de vestígios midiáticos contemporâneos e notamos que, de forma explícita ou não, e dentro ou fora do jornalismo convencional, pode-se desinstrumentalizar o excluído/marginalizado em narrativas de alteridade, visando à sua tradução, compreensão e leitura.

Palavras-chave: jornalismo; alteridade; exclusão social; representação; empatia.

RESUMEN

A partir de la idea de que la narrativa periodística es, más que un campo de traspaso de información, lugar de encuentro y descubrimiento del otro en variados niveles y categorías, este texto problematiza las funciones y el modo como la alteridad se significa en géneros periodísticos o iniciativas híbridos. El anclaje en los conceptos de exclusión, representación e identidad-alteridad da lugar a un debate sobre la naturaleza testimonial del narrar periodístico y su poder afectivo y sensible. Al final, realizamos un breve análisis narrativo de vestigios mediáticos contemporáneos y notamos que, de forma explícita o no, y dentro o fuera del periodismo convencional, se puede desinstrumentalizar lo excluido / marginado en narrativas de alteridad, buscando su traducción, comprensión y lectura.

Palabras clave: periodismo; alteridad; exclusión social; representación; empatía.

ABSTRACT

Starting from the idea that the journalistic narrative is more than a field of information, playing a role of encountering and discovering the other in varied levels and categories, this text problematizes the functions and the way in which alterity is signified in journalistic genres or hybrid initiatives. The anchoring in the concepts of exclusion, representation and identity-alterity lends to a debate about the testimonial nature of journalism narrative and its affective and sensitive power. Finally, through a brief narrative analysis of contemporary media products, we note that, explicitly or not, and within or outside of conventional journalism, disinstrumentalization of the excluded / marginalized is possible in narratives of alterity, focusing on their translation, understanding and reading.

Keywords: journalism; otherness; social exclusion; representation; empathy.

Introdução

Sob diferentes argumentações, e com propósitos de reflexão igualmente diversos, autores no campo da comunicação têm tentado – não sem enfrentar resistência nos meios profissionais – desconstruir a pretensa especularidade do narrar jornalístico. Erguido a partir de uma “mitologia da transparência”, com base em conceitos como os de objetividade, imparcialidade, neutralidade e simplicidade, o jornalismo, como campo do discurso, não difere das experimentações científicas e artísticas vinculadas à experiência da Era das Luzes; como alerta Muniz Sodré (2009, p. 13), “a busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo”. Superar tal viés e compreender o texto de informação como *narrativa*, dotada de opacidade, dramaticidade e afetividade, é uma empreitada necessária aos estudos contemporâneos do jornalismo, com esforços relevantes já mapeados na pesquisa brasileira do campo.

Neste texto, propõe-se contribuir com tal discussão e refletir sobre os modos com que o jornalismo, a um só tempo, pode revitalizar sua linguagem e reforçar sua relevância como campo de discurso na atualidade por meio do reforço do caráter testemunhal, empático e afetivo de suas narrativas, dentro do que chamamos uma *desinstrumentalização do olhar sobre o outro*. Partindo da perspectiva de que, para além de falar de eventos, objetos e sujeitos próximos de seu público (leia-se: valor-notícia de proximidade), é da natureza do jornalismo investir na representação da alteridade – geográfica, cultural, étnica, socioeconômica etc. –, buscamos lançar luz sobre produtos e iniciativas que assumem o falar-do-outro e, assim, acabam por traduzir, revelar e conceder visibilidade a ele, em um esforço para tratar de suas particularidades, nuances e dificuldades em obediência ao ideário de pluralidade e defesa dos direitos humanos que caracteriza o *ethos* jornalístico.

Para fins práticos, articularemos nossa reflexão em torno de conceitos-chave dos estudos de jornalismo, com base em autores como Sodré (2009), Brum (2006), Adghirni (2013) e Faro (2013); na filosofia do diálogo de Martin Buber (2001); nos estudos culturais, sobretudo em Woodward (2000), Hall (2001; 2003) e Bhabha (1998); nas análises da narrativa propostas por Todorov (2003) e, especificamente no jornalismo, por Motta (2005); e na sociologia e nos estudos de consumo, examinando o conceito de exclusão social à luz de autores como Veblen (1965), Berman (2008) e Uyeno (2011).

A ideia é estabelecer as linhas gerais de uma hipótese, com a qual trabalhamos, que supõe as narrativas de alteridade associadas à denúncia da exclusão social como um campo fértil para o teste, desenvolvimento e potencialização de novos métodos e linguagens para o jornalismo – e, também, para gêneros de não ficção que bebem de sua fonte, adotando suas técnicas.

A fim de examinar como esse modelo poderia ser mapeado, mesmo que parcialmente, nos registros midiáticos contemporâneos, citamos quatro objetos: o *reality* jornalístico “Profissão Repórter” (Globo); o documentário/*reality* “A Liga” (Band); a página do Facebook SP Invisível; e a Mural – Agência de Jornalismo das Periferias. No caso do primeiro e do terceiro, promovemos uma breve análise narrativa, ancorados em Luiz Gonzaga Motta (2005) e conceitos da narratologia de Todorov (2003), em especial o da intriga. Como veremos ao longo do texto, nessas iniciativas é possível mapear esforços – não isentos de contradições – de construção de outro olhar sobre populações excluídas e marginalizadas, reforçando a carga de experiência e afetividade que marcou, marca e marcará a boa prática do jornalismo.

Um ponto de partida: a exclusão social em perspectiva histórica

A noção de excluídos sociais que temos hoje veio sendo construída ao longo de vários séculos. Ao examinar a Alta Idade Média, por exemplo, Foucault (1999, p. 10) indica que se estabelecia uma oposição entre razão e loucura, que fazia com que o louco fosse rejeitado, mantido silenciado. Conforme o autor, antes mesmo da Modernidade o louco “é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância” (Foucault, 1999, p. 10-11). Também data deste período a origem do termo “infame”, hoje tão comum para designar aqueles que estão à margem da sociedade, seja um morador de rua, seja alguém que comete qualquer ato criminoso; “essas pessoas sem fama se faziam notadas quando eram objetos de acusações: daí infames significar simultaneamente sem fama e aquele que cometeu um ato vil” (Uyeno, 2011, p. 34).

Naquela época, assim como hoje, o morador de rua gerava incômodo por fugir dos padrões determinados e era comumente objeto de acusações como “‘viver na sujeira’, ‘não tomar banho’, ‘alimentar-se do lixo’, ‘dormir na rua’” (Uyeno, 2011, p. 34). Assim sendo, esses indivíduos sofriam com um dos mais evidentes procedimentos de exclusão: a interdição. Deles era tirado o poder do discurso, pois nas palavras se “reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação” (Foucault, 1999, p. 11).

A transição das sociedades ocidentais rumo à experiência da Modernidade reforça tais processos, construindo as bases que marcariam a representação do excluído – sempre tornado “outro”, desviante, distante – nas mídias, de modo amplo. Entendida como “uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política” (Berman, 2008, p. 10), a Modernidade marca a transição rumo ao capitalismo em diversas nações e, como consequência, traz consigo “uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais” e de “prolíficas cidades que crescem do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano” (Berman, 2008, p. 12).

A crescente urbanização e a ilusão de conseguir uma vida melhor fizeram com que camponeses partissem aos montes em direção a ambientes urbano-industriais, levando o êxodo rural a índices até então nunca antes vistos e a população desfavorecida às ruas. Como Berman (2008, p. 89) explica, “um vasto número de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como num passe de mágica – catastróficamente – do dia para a noite”. Eis a fórmula para o surgimento dos excluídos, marginais ou marginalizados: moradores de rua, usuários de ópio ou álcool, prostitutas, bandidos, pedintes e doentes mentais, muitos deles ex-camponeses.

Já após a virada do século XX, a partir dos anos 1960, com os movimentos de contracultura e a revolução sexual, uma série de questionamentos ganha força no alvorecer do que se denominou Pós-Modernidade, era caracterizada por “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente, [...] caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (Harvey apud Hall, 2001, p. 16). Entre esses questionamentos estavam também aqueles relacionados à representatividade social de parcelas historicamente silenciadas, pois passa a ser corrente “a idéia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno” (Harvey, 2003, p. 52).

Para Harvey, representam esses grupos figuras como “mulheres, gays, negros, ecologistas, autonomistas regionais, etc.” (Harvey, 2003, p. 52) – cujo lugar de invisibilidade passa a ser gradativamente questionado, com maior ou menor sucesso no enfrentamento de tais problemas. No entanto, como bem notam autores dos estudos culturais e pós-coloniais, esse movimento não anula por completo as desigualdades, conseguindo, ao máximo, expô-las de modo mais preciso: as exclusões são minimamente visíveis, mas permanecem instauradas. “O pós-modernismo continua a desenvolver-se de forma extremamente desigual, como um fenômeno em que os antigos centro-periferias da alta modernidade reaparecem consistentemente” (Hall, 2003, p. 319).

Tal resgate nos mostra que, além de fundamentada em processos de interdição e questões socioculturais, a noção de excluído social se ancora no consumo: excluídos são aqueles que, por uma série de razões, não podem, não conseguem ou não estão aptos a consumir – ideia por nós desenvolvida a partir da interpretação do pensamento de autores como Douglas e Isherwood (2009) e Veblen (1965). Os primeiros acreditam no duplo papel dos bens: são provedores de subsistência e, ao mesmo tempo, estabelecem e mantêm relações sociais; o que nos permite interpretar que estão excluídos dessas relações os desprovidos de bens (Douglas; Isherwood, 2009, p. 106).

Veblen (1965) reforça essa ideia ao afirmar que a partir da modernidade se passa a valorizar um “padrão de vida pecuniário”: “por ser o consumo dos bens de maior excelência prova de riqueza, ele se torna honorífico; reciprocamente, a incapacidade de consumir na devida quantidade e qualidade se torna uma marca de inferioridade e demérito” (Veblen, 1965, p. 37).

Essa perspectiva, como veremos mais à frente, tem conexão direta com os modos de representação do excluído/marginalizado no jornalismo, posto que a inaptidão deste a consumir também reverbera na baixa frequência, pobreza ou mesmo ausência de suas representações midiáticas em certos gêneros e formatos de informação.

O encontro com o outro: da experiência às representações e narrativas

Paralelamente ao entendimento dos processos de exclusão, devemos examinar rapidamente a relação entre os processos narrativos e de representação em geral e a noção de alteridade. De modo geral, representar alude a um processo crucial à comunicação humana: o ato de converter objetos, sujeitos e eventos em construções de linguagem que não imitam, mas recriam a realidade. É o que ressalta Cremilda Medina (1988) em reflexão aplicada ao estudo do jornalismo. Nas palavras da autora:

Relatar acontecimentos, fazer uma narrativa, é uma vivência universal (...). O fragmento de tempo posterior que a narrativa representa é a passagem fundamental para uma realidade substantiva, um esforço de prolongamento do instante anterior, de certa forma sempre intencional e articulada (Medina, 1988, p. 115).

A notação de Medina nos aproxima de uma visão mais moderna dos processos de representação/narração, que o tomam como uma atividade criativa, performativa, simbólica e em última análise sensível, que supõe um olhar e uma leitura singulares para uma realidade complexa, cuja compreensão demanda interpretação e síntese. E que, naturalmente, envolve

atividades vicárias, experiências por procuração e produção de representações sobre sujeitos, pertencentes ou não ao “familiar” (Eu/Nós).

Os estudos culturais são particularmente pertinentes nesse assunto por trabalhar, de modo abrangente, a problemática da identidade e da alteridade no seio dos processos de representação. A partir da ideia de que estes são responsáveis por construir e reforçar sentidos de identidade, autores como Kathryn Woodward (2000), Homi Bhabha (1998) e Stuart Hall (2001; 2003) demonstrarão não só que os sentidos de pertencimento a uma comunidade nacional ou étnica demandam o representar, mas também que este processo é marcado pela produção de polos opostos – seja criando contradições no interior de comunidades simbólicas, seja separando o “Eu/Nós” do outro.

Conforme nota Woodward, a diferença constitui-se como aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo oposições; e é assim que identidades passam a ser representadas não apenas pela semelhança, mas também pela diferenciação (Woodward, 2000, p.41). Ideias semelhantes trará Hall, para quem “estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas com uma série de posições diferentes” (Hall, 2003, p. 328).

Alteridade e identidade são componentes de um mesmo processo vivido no seio das representações e das narrativas: as identificações e conexões por elas estabelecidas entre sujeitos, culturas e comunidades. A partir da chave de raciocínio de que as identidades dependem de um outro para existir, de que o “Eu/Nós” se define sempre em oposição a um outro imaginado, somos instados a resgatar as ideias de Bhabha (1998, p. 77), para quem “a demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade”. E concluir, por fim, que as narrativas que consumimos dentro e fora dos dispositivos midiáticos sempre trabalharão em torno da tensão identidade-alteridade – o que levou um dos autores deste texto a definir a *narrativa de alteridade* como um conceito-chave, articulador das discussões sobre a representação nas mídias (Lobato, 2017).

Para além dos estudos sobre cultura e mídia, devemos nos ancorar também na filosofia para compreender de que modo noções como empatia, diálogo e compreensão se mostram pertinentes à análise das representações e das posturas que tomamos ao nos depararmos e encontrarmos o outro. Todorov (1993, p. 128) dirá que “é falando ao outro (não dando-lhe ordens, mas dialogando com ele), e somente então, que reconheço nele uma qualidade de sujeito, comparável ao que eu mesmo sou”. Ou seja, reconhecer a alteridade como sujeito, e não objeto – um dilema constante que ultrapassa, e muito, questões ligadas à operação das mídias.

Martin Buber (2001) apresenta em sua filosofia do diálogo a perspectiva de que a relação com o outro pode ser pautada por diferentes regimes entre a instrumentalização e a empatia. Ao trabalhar com as noções de Eu-Tu e Eu-Isso, Buber diz que, se não equilibradas, estas duas formas de relacionar-se com o mundo externo e seus sujeitos – a primeira, sensorial, efêmera, recíproca, subjetiva e associada à *relação*; a segunda, prática, objetiva e instrumental, relacionada à *experiência* – não poderiam permitir uma experiência humana plena (Buber, 2001, p.52).

Buber destaca que não há significação negativa por essência na atitude Eu-Isso; sua existência é necessária por ser “uma das atitudes do homem face ao mundo, graças à qual podemos compreender todas as aquisições da atividade científica e tecnológica da história da

humanidade” (Buber, 2001, p. 53-54). Por outro lado, a priorização de conexões simplificadas e voltadas a uma função instrumental tende a enfraquecer o efetivo contato e compreensão entre os indivíduos, fazendo com que estes deixem de se reconhecer como “Tu” (sujeitos), firmando-se como “Isso” (mais próximos de objetos). O autor diz que o “Eu” só “se realiza na relação com o ‘Tu’” (Buber, 2001, p. 13) – eis, assim, a chave da compreensão: reconhecer a alteridade e interagir com ela efetivamente, ao invés de negá-la ou instrumentalizá-la segundo interesses não relacionais.

É com base em tais ideias que notamos, portanto, um desafio ligado a todas as narrativas humanas: *desinstrumentalizar o olhar*, propiciar a compreensão e a narração de alteridade; fomentar o reconhecimento, a empatia e a compreensão.

O jornalismo como jornada rumo à alteridade: caminhos e experiências

Objetividade, transparência, imparcialidade, neutralidade, simplicidade. Termos como estes têm sido insistentemente adotados em manuais da área e nos círculos profissionais para designar os requisitos da prática jornalística e os princípios para a produção de boas matérias ou reportagens. São componentes que, conforme nota Sodré (2009, p. 11), marcam uma “ideologia da transparência pública” que guia os relatos de informação. A imprensa moderna, diz o autor, instaura a “novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos”, como “a construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais” (Sodré, 2009, p. 12) e se distancia da ficção, da literatura e das artes, por exemplo.

Cabe-nos observar, em perspectiva histórica, o que efetivamente tais princípios vieram produzindo no âmbito do jornalismo de massas: uma crescente instrumentalização de suas narrativas, priorizando a informação sobre a linguagem – ou a forma sobre o conteúdo –, o que produz um olhar instrumentalizado do jornalista sobre o mundo que é observado e traduzido em linguagem, incluindo aí a alteridade. Embora à primeira vista tal tendência pareça se referir somente aos textos noticiosos/factuais, de caráter informativo mais evidente, também gera impactos em narrativas ditas sensíveis presentes em documentários, programas especiais ou grandes reportagens que, sem evidenciá-lo, tratam o outro como objeto de consumo e instrumento de produção de interesse.

A crítica à instrumentalização não é novidade: Walter Benjamin, no clássico ensaio “O narrador”, já associava a difusão da informação ao declínio da “verdadeira” narrativa – aquela vinculada a experiências, a tradições e à sabedoria de quem a conta. Em menção aos meios informativos, o autor argumentou que “os fatos já nos chegam acompanhados de explicações” e que, hoje, “quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação” (Benjamin, 1996, p. 203).

A crítica a esse modelo é feita de modo contundente por Sodré (2009). Para o autor, “em plena vigência da mídia eletrônica de massa, tem-se consciência de que a notícia não apenas representa ou ‘transmite’ aspectos da realidade”, como as teorias funcionalistas da comunicação supunham, “mas de que ela é também capaz de constituir uma realidade própria” (Sodré, 2009, p. 25). Isso é feito de diversos modos, entre os quais o autor destaca a dramatização dos relatos, a interação entre o texto jornalístico e técnicas típicas da ficção literária e a marcação dos fatos nas notícias e reportagens:

Sobre um material bruto disposto pela unidade factual do acontecimento, a informação constrói – a partir de um conjunto de regras e convenções discursivas, assim como de hábitos e práticas sociais – um esquema narrativo, uma forma germinal de enredo ou intriga que transforma a factualidade da vida (Sodré, 2009, p. 37).

Assim, o autor chega à ideia de que a notícia, um dos consagrados gêneros informativos do jornalismo, é acima de tudo um gênero sociodiscursivo, calcado na construção da vida coletiva. Nas palavras de Sodré, “isto implica dizer que o seu sentido depende diretamente de uma situação comunicativa inserida na experiência cotidiana, comum a um grupo de sujeitos linguísticos” (Sodré, 2009, p. 138).

Outros autores aprofundam essa ideia com ênfase na discussão do papel do jornalista que apura fatos, dialoga com diferentes sujeitos e atores sociais e produz narrativas, atribuindo-lhe forte poder testemunhal e capacidade de construir um olhar único sobre a realidade. É o que defende, por exemplo, Zélia Adghirni (2013). Baseada nas ideias de Adelmo Genro Filho, a autora indica que “o jornalismo é um conhecimento do mundo que não tem base na universalidade, mas na singularidade” (Adghirni, 2013, p. 6), defendendo que a angulação de um texto está calcada na dimensão “rara, singular, analítica, emotiva, engajada” que é dada por quem narra e interpreta a história.

Ideia semelhante é defendida por José Salvador Faro ao discutir a narrativa jornalística de alta densidade investigativa como “uma história que se desenrola em torno de elementos objetivos que se mesclam com a subjetividade do repórter”, a um só tempo não permitindo a ele “a evasão do real ou a reinvenção da realidade, como acontece com o ofício da criação ficcional”, e forçando-o a não “ignorar a potencialidade e a intensidade dramática dos fatos” (Faro, 2013, p. 78).

Na mesma linha, Eliane Brum (2006) destaca que, por meio do olhar e da sensibilidade, o repórter é capaz de reverberar testemunhos e fazer notar sua própria atuação perceptiva; a jornalista afirma que “quem consegue olhar para a própria vida com generosidade torna-se capaz de alcançar a vida do outro”. “Olhar é um exercício cotidiano de resistência”, diz a autora; especialmente quando quem olha se recusa a “enxergar apenas o que está programado, o que está na superfície” (Brum, 2006, p. 188-189).

Outros estudos identificam o jornalismo como campo de discurso dotado das mesmas implicações de demais modalidades narrativas. Nesse aspecto, Luiz Gonzaga Motta (2005), ao propor uma análise pragmática das narrativas jornalísticas, aponta que “narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões” e indica que é pertinente observar os produtos textuais jornalísticos, também, como jogos de linguagem; como “ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística” (Motta, 2005, p. 4).

Na perspectiva do autor, a análise do texto jornalístico deve considerar aspectos caros à narratologia – a tessitura da intriga, a referência a estados culturais anteriores e posteriores ao fato narrado, a perspectiva do narrador e sua relação com o narratário, a função da personagem – justamente porque este, como outros campos, implica a montagem de contratos cognitivos e a referência ao que o autor denomina “metanarrativas culturais pré-jornalísticas”, que atravessam e pairam sobre os relatos.

Ao mesmo tempo, o jornalismo possui implicações específicas em relação à construção das personagens; Motta indica que, nele, estas atuam na “circulação permanente entre o mundo da identificação e o da projeção e suscitam simpatias, compaixões, dores e angústias, como ocorre na arte (na literatura)” (Motta, 2005, p. 7). Ao mesmo tempo, porém, a personagem jornalística deve ser entendida como sujeita aos processos enunciativos e, por isso, como construção do seu autor, “na medida em que ele possui autonomia de escolha entre os elementos que lhe são propostos pelo real e na respectiva elaboração” (Motta, 2005, p. 8).

Todas essas reflexões vêm a corroborar nosso raciocínio de que a narrativa jornalística é, por excelência e em respeito ao *ethos* do campo profissional, lugar de potencial encontro com o outro, campo dotado de narratividade, dramaticidade e ficcionalidade implícitas. Espaço idealmente destinado à construção e partilha de sentidos, de identificação, projeção e reconhecimento, de entendimento – de empatia e compreensão, em suma, desde que estas sejam finalidades últimas do relato, a despeito de conflitos de outra ordem que o material jornalístico busque referenciar.

Tomando a ideia do jornalismo como terreno fértil para a narrativa de alteridade como um pressuposto, somos instados a reconhecer desafios que envolvem seus modos de contar, a tendência instrumentalizadora dos relatos jornalísticos – não apenas aqueles calcados no jornalismo de base informativa, mas também os que se propõem “humanizados” ou “afetivos” – e a necessidade de construção de um olhar singularizado entre os profissionais atuantes – tanto no próprio jornalismo como em outros campos narrativos que absorvem alguns de seus procedimentos e técnicas.

Dentro dessa reflexão, destacamos a hipótese de que um eixo específico do falar-do-outro pode emergir como exemplo de construção de empatia: as narrativas jornalísticas que abordam processos de exclusão. Como descrito anteriormente, a noção de excluído está ligada à invisibilidade e marginalidade a que determinados grupos sociais, culturais ou étnicos são submetidos; por isso, a existência de iniciativas que permitam a exposição de sua identidade, seus percalços e experiências pode sinalizar uma renovação temática contributiva à prática jornalística em geral.

A fim de analisar nosso raciocínio a partir de vestígios materiais da produção midiática, pode-se citar quatro objetos brasileiros que frequentemente exploram esse viés: o jornalístico “Profissão Repórter” (Globo); o programa “A Liga” (Band); a página do Facebook SP Invisível; e a Mural – Agência de Jornalismo das Periferias. Cada um destes materiais propõe esforços, em nossa perspectiva, para desinstrumentalizar o olhar de jornalistas e apuradores de conteúdo sobre populações excluídas e marginalizadas, apostando na testemunhalidade, na singularidade e na afetividade para produzir sentido e acionar suas audiências. Para fins práticos, propomos uma breve análise narrativa, com base em Luiz Gonzaga Motta (2005) e Todorov (2003), para observar as narrativas de “Profissão Repórter” e da SP Invisível.

No ar como programa com horário próprio na grade da Rede Globo desde 2008, o “Profissão Repórter” tem como proposta e *slogan* “revelar os bastidores da notícia”, exibindo ao espectador “o processo de produção de uma reportagem, da reunião de pauta à edição, passando pelas fases de apuração, entrevistas e gravação”¹. Com estrutura de temporadas, equipes fixas e móveis e linguagem jornalística – embora híbrida, emulando elementos de gêneros como documentário e *reality show* –, o programa promove uma combinação entre

pautas aprofundadas, parte delas de cunho social (desigualdades, conflitos de classes, tragédias humanitárias, situações de exclusão, marginalização ou injustiça), e a demonstração da rotina de jovens repórteres em início de carreira, orientados e acompanhados por Caco Barcellos.

Ao expor as limitações do trabalho de apuração, não raro com demonstrações das emoções dos jovens repórteres e seus percalços ao mergulhar na realidade que se pretende mostrar, a narrativa de “Profissão Repórter” recai em uma dimensão afetivo-dramática típica do novo realismo televisivo, “como sintoma de uma época pautada pelo desajuste, pelo transbordamento e pelo conflito” (Soares, 2015, p. 219).

Um exemplo de jornada rumo à alteridade está nas edições que abordam a dependência química, com foco no consumo de crack na cidade de São Paulo. Em três edições, exibidas entre 2010 e 2017, a incursão dos repórteres pela região da Cracolândia e na rotina de usuários, familiares, voluntários e profissionais de assistência social vai além da mera transmissão de informações, apostando na dramatização empática do fato a partir da humanização e da singularidade.

Na edição de 16 de novembro de 2010, Caco Barcellos passou uma noite na Cracolândia, a fim de sentir na pele as consequências vividas pelos dependentes químicos; no oitavo minuto de programa, chega a ser hostilizado por alguns deles. O jornalista conversou com vários moradores da região central e dependentes químicos, para compreender seus anseios e expectativas; o programa alterna cenas de diálogo com imagens dos usuários de crack mostrando fotografias de família, relatando experiências anteriores à vida nas ruas, explicando as razões de estar ali. Às cenas na Cracolândia sucedem-se outros trechos da reportagem, gravados com famílias de classe média e espaços de internação e reabilitação de dependentes químicos.

Nota-se, com efeito, a construção de um contrato comunicacional que problematiza o tema da dependência química a partir de metanarrativas culturais, como explora Motta (2005). Seguindo os procedimentos de análise pragmática da narrativa jornalística defendidos pelo autor, notamos uma composição ampla da intriga e dos conflitos a partir da questão da dependência química – que supõe incontáveis fragmentos noticiosos anteriores e posteriores, incluindo, mas não se restringindo ao que ali é exibido –, singularizando tal tema na Cracolândia e em seus habitantes.

De acordo com as discussões sobre a análise estrutural defendidas por Tzvetan Todorov (2003), a intriga é a unidade-base de funcionamento de qualquer narrativa, figurando como a passagem de um equilíbrio a outro; nas palavras do autor, existe entre “dois momentos de equilíbrio, semelhantes e diferentes”, que “estão separados por um período de desequilíbrio que será constituído de um processo de degradação e um processo de melhora” (Todorov, 2003, p. 87).

Consideramos que “Profissão Repórter”, por sua condição híbrida, é um programa no qual a construção da personagem – terceiro campo da análise narrativa de Motta – ocupa papel central não para comentar ou explicar um fato, mas sim para vivenciá-lo diante das câmeras, sendo em si intriga; propondo instruções de compreensão do mundo a partir de um “fazer” que é menos o de interferir em um estado de coisas (no caso, as condições da Cracolândia) e mais o de testemunhá-lo. Ou seja, os personagens atuam como fios condutores da intriga, configurando-a aos olhos do leitor.

Por outro lado, tal processo não isenta o programa de eventualmente recair em estratégias realistas que podem, a depender da ênfase, reinstrumentalizar o olhar sobre a alteridade. Resende (2012), por exemplo, problematiza o assunto ao considerar que estratégias afetivas e sensíveis como as adotadas por “Profissão Repórter” são, também, recursos de objetivação: “ao assistirmos ao esforço inócuo pela busca de um objetivismo, ora o seu oposto, temos o subjetivismo – a tomada pela emoção – como sua estratégia de ação”, afirma, complementando que “a marca da objetividade, encravada como um fato teórico-discursivo no imaginário em torno do que cabe ao jornalismo e ao jornalista – ser imparcial –, também se apresenta quando a estratégia é negá-la” (Resende, 2012, p. 58).

O quarto, o quinto e o sexto movimentos sugeridos pela análise de Motta (2005) – a saber, a estratégia comunicativa, o contrato cognitivo e a presença das metanarrativas – também foram considerados em nossa análise do programa sobre o crack. Com uma estrutura narrativa que alterna cenas na Cracolândia, em clínicas de reabilitação e no sofrimento íntimo de famílias nas quais há dependentes, o programa recorre à singularização e ao reforço afetivo para efetivar uma metanarrativa específica: a do desvio de normas, da deterioração familiar e social e do combate às drogas, em que a presença dos personagens, embora marcada por ampla afetividade, não deixa de estar a serviço de uma mensagem de natureza pragmática.

Ainda no espaço televisivo, encontramos esforços de imersão e desinstrumentalização no programa “A Liga”, exibido pela Band de 2010 até 2016. Definido como um programa de documentários com abordagem jornalística, “A Liga” segue formato criado pela produtora argentina Eyeworks e contempla programas de uma hora de duração, destinados à exploração de temas sociais, culturais e econômicos polêmicos. Na descrição do *site* da emissora, aponta-se que “A Liga mostra a vida como ela é, sem filtro, sempre abordando diferentes temáticas ao longo de seus episódios”².

A linguagem de “A Liga” assemelha-se à dos gêneros de entretenimento factual (Soares, 2015), com flertes entre o documentário e o *reality show*. Cada edição operou como documentário temático (eventualmente, bitemático) protagonizado pelos apresentadores, que mergulhavam nos universos narrados, dialogavam com cidadãos comuns e especialistas e por vezes experimentavam diretamente “entrar na pele” dos personagens da pauta.

O programa investe em uma abordagem próxima aos formatos e gêneros aprofundados de relato de informação, com elementos do documentário jornalístico e da grande reportagem que incluem a angulação de denúncia social, o esforço interpretativo e a investigação de temas de densidade – nada muito diferente, em suma, do que encontramos em “Profissão Repórter”. Destacam-se, em edições diversas das temporadas do programa, momentos em que a figuração em tela dos apresentadores serve para a exposição de suas emoções ou mesmo de testemunhos de contato entre populações submetidas a processos de exclusão e a equipe do programa. É o caso da edição “Prostituição x Vizinhos”, exibida em maio de 2014, que retratou o cotidiano das prostitutas na região da avenida Indianópolis, em São Paulo, e sua convivência com moradores do bairro; e da edição “Presidiárias” (2016), contundente documentário que expõe as condições de mulheres encarceradas no Brasil.

Continuando nosso percurso, outros registros de mídia se alinham à proposta de tratar da alteridade e dos processos de exclusão social. No campo das iniciativas em redes sociais digitais que, embora não jornalísticas, recorrem a alguns de seus recursos, destaca-se o SP Invisível, que começou como uma página na rede social Facebook com a proposta de contar de forma breve e humanizada histórias de vida de pessoas em situação de rua. O

projeto foi idealizado por dois estudantes universitários, Vinicius Lima e André Soler, espalhou-se para outras cidades e hoje conta com versões como Rio Invisível, Salvador Invisível, Manaus Invisível e Fortaleza Invisível.

Recentemente, o coletivo lançou um livro, intitulado “A cidade que ninguém vê”, reunindo cem histórias, com fotos, publicadas na SP Invisível desde seu surgimento. Além de estar presente no Instagram, no início de 2017, o projeto deu início a um blog³ cuja proposta é aprofundar as histórias contadas no Facebook, em um lugar no qual os repórteres – neste projeto entendidos como aqueles que colhem, editam e publicam os relatos – podem se colocar mais e, ao longo dos textos, contar suas experiências ao entrar em contato com pessoas em situação de vulnerabilidade extrema. Este estilo de texto autoral, de estrutura mais livre, se aproxima em grande medida do jornalismo interpretativo de viés literário, além de explorar, em nossa análise, uma visão desinstrumentalizada com relação ao outro.

Também inspirados pelos estudos narratológicos, podemos observar de que modo a intriga é formulada, quais metanarrativas culturais se evidenciam e como a estrutura dos conteúdos publicados no projeto permite a construção de um olhar empático e humanizado a respeito da alteridade reportada por SP Invisível.

Para breve análise e ilustração das ideias expostas aqui, selecionamos a postagem do dia 21 de março de 2018, que traz o depoimento de Anderson, que vive com o pai nas ruas de São Paulo. Neste texto, assim como em todos os outros da SP Invisível, o repórter desenvolve um mecanismo complexo ao colher os relatos das pessoas em situação de rua e publicá-los em primeira pessoa. Este é um exercício de escuta que exige sensibilização e empatia diante da narração que o outro constrói de si mesmo, especialmente considerando que, não raro, essa construção de si próprio por quem vive nas ruas, em situações de extrema vulnerabilidade, é feita de forma desarticulada – o que parece tornar ainda mais difícil o trabalho de edição conduzido pelo repórter para colocar o relato dentro do formato seguido pela página, de textos diretos e breves.

Um dos aspectos que chama atenção na SP Invisível é o fato de as próprias vidas dos depoentes configurarem a pauta; eles não aparecem em segundo plano, como personagens de reportagens que tratam de problemas sociais, por exemplo. As histórias de vida do que a página chama de invisíveis é que são o foco e, a partir delas, conflitos mais amplos da vida social são abordados: os processos de exclusão, a violência, a dependência química, o abandono familiar, a solidão. É o que se observa no depoimento de Anderson, que foi morar na Cracolândia com apenas seis anos de idade depois de perder sua mãe.

Relatos como o analisado, em primeira pessoa, revelam dramaticidade e potencial de evocação afetiva. Mesmo que em poucas linhas, o repórter consegue resumir a história do depoente, publicando uma narrativa em primeira pessoa com início, meio e fim e que dá conta de apresentar os percalços e complexidades próprios da construção do eu. No caso de Anderson, por exemplo, o repórter opta por começar sua narrativa com a frase: “aos poucos, eu to aprendendo a perdoar” (SP Invisível, online, 2018). Na sequência, o depoente conta de sua vida: a chegada à Cracolândia, o resgate pelo pai três anos depois, a raiva que alimenta das pessoas que o fizeram mal quando era usuário de drogas, a volta à escola na atualidade.

Ao final, o depoimento se mostra mais complexo do que parecia à primeira vista, quando Anderson revela: “Quando eu crescer, quero ser polícia. Quem sabe assim eu posso me vingar das pessoas que me fizeram mal. Pois é, como eu disse, quero aprender a perdoar! Não gosto de pensar essas coisas” (SP Invisível, online, 2018). A contradição final acaba por

estimular a reflexão no leitor, que é, dessa forma, chamado à participação na narrativa ali contada, em uma estratégia de engajamento evidente que coloca o personagem como fio condutor de uma intriga, por sua vez, conectada ao drama social da dependência química.

Por último, e também em ambiente digital, cabe citarmos a Mural – Agência de Jornalismo das Periferias, que explora a narração de alteridade ao convidar o próprio outro a participar ativamente da produção de relatos. Composta de mais de 40 pessoas na equipe fixa, chamadas de “comunicadores” pela iniciativa, nem todos com formação superior em jornalismo, a Mural opera no modelo de agência de notícias: seu objetivo é alimentar a grande mídia com informações de áreas distantes do grande centro que comumente não contam com cobertura pelos veículos tradicionais, com pautas que vão da divulgação de eventos e projetos sociais, culturais e educativos até a denúncia de violações de direitos e problemas de gestão pública.

Alguns de seus comunicadores são, ainda, nomeados como correspondentes, apropriando-se de um termo comum nas empresas de comunicação e que ajuda a reforçar o caráter de distância da periferia em relação ao centro, sempre mediatizado, e o aspecto local de cobertura da agência. Cada correspondente cobre um bairro periférico e precisa ser morador da região; com isso, a ideia da agência é valorizar o conhecimento e a vivência local de cada um. O projeto nasceu como blog, em 2010, e está hospedado entre a lista de blogs da Folha de S.Paulo, com quem tem o compromisso de publicar ao menos uma reportagem por semana. Ao navegarmos pelas reportagens produzidas, nota-se a frequência e incidência de temáticas relacionadas à exclusão social e à descoberta do outro.

A presença de uma linguagem estruturada e factual nos textos, fruto da profissionalização do projeto, não remove dele seu caráter testemunhal, de concessão de visibilidade e de exposição de realidades tradicionalmente ausentes do debate público a partir da leitura singular dos autores. É o caso da reportagem “Aumento da tarifa de ônibus atinge morador da grande SP de forma dupla”⁴, publicada em dezembro de 2012, que mergulha em temática frequente na imprensa tradicional, porém com angulação específica voltada à periferia, ouvindo e acompanhando moradores de cidades vizinhas à capital paulista para compreender os impactos da medida em seu cotidiano; e da seção fixa “Relatos”, cujo propósito é conceder voz direta a quem vive nas periferias para contar suas experiências ao leitor, reduzindo a distância entre representação e representado no texto jornalístico – normalmente, no viés da denúncia de situações de violação de direitos ou superação de dificuldades.

Considerações finais

Certamente, as reflexões sobre um jornalismo desinstrumentalizado ultrapassam, e muito, os limites deste texto – que propõe uma breve e inicial exploração da hipótese de que sua prática pode ocorrer nas narrativas de alteridade, com análises voltadas a objetos específicos da mídia brasileira.

Discutimos, de modo geral e a partir de alguns vestígios contemporâneos, a incidência das narrativas de exclusão e seus atributos de concessão de visibilidade e construção de empatia e reconhecimento, reforçando que tais processos reforçam o *ethos* jornalístico – o respeito à diversidade e aos direitos humanos fundamentais e a denúncia de processos de marginalização, por exemplo – e contribuem para a manutenção de seu estatuto social, além de permitir a atualização e renovação de suas técnicas e sua linguagem – não sem problemáticas ou contradições.

Em linha com os raciocínios aqui expostos, acreditamos ser pertinente estudar a fundo diversas iniciativas, jornalísticas ou correlatas (como nos casos aqui estudados da SP Invisível e do programa “A Liga”), que tenham em seu centro a proposta de tematização da exclusão social e suas consequências. Assim, torna-se possível elencar as técnicas de escrita, as especificidades e os requisitos de um olhar e uma escrita efetivamente desinstrumentalizados à hora de conhecer, reconhecer e dar a conhecer o outro nas narrativas jornalísticas.

Recebido em: 14 set. 2017

Aceito em: 15 abr. 2018

¹ Descrição disponível na página oficial do programa: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/profissao-reporter.htm>>. Acesso em 13 jun. 2017.

² Disponível em: <<http://entretenimento.band.uol.com.br/aliga/2016>>. Acesso em 30 abr. 2016.

³ Disponível em <<http://medium.com/@spinvisivel>>

⁴ Disponível em: <<http://mural.blogfolha.uol.com.br/2016/01/12/aumento-da-tarifa-de-onibus-atinge-morador-da-grande-sp-de-forma-dupla/>>. Acesso em 13 jun. 2017.

Referências

ADGHIRNI, Zélia. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. *InTexto*, UFRGS, Porto Alegre, n.28, p.32-52, julho 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARO, José Salvador. Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura. **Verso e Reverso**, Unisinos, São Leopoldo, v. XXVII, n. 65, p. 77-83, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Guaracira, 2001.

- _____. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HASHIGUTI, Simone. Corpo e Espaço Urbano: a beirada da visibilidade. In: CORACINI, Maria José. **Identidades Silenciadas e (In)visíveis:** entre a inclusão e a exclusão. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1999.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2003.
- LOBATO, J. A. M. **A alteridade na ficção seriada e na grande reportagem:** um estudo sobre as estratégias de representação do outro na narrativa televisual brasileira. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM - USP), São Paulo, 2017.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda.** São Paulo: Summus, 1988.
- MORIN, Edgar. **O enigma do homem.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística.** Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28ª edição, 2005, Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005.
- _____. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Revista E-Compós,** v. 1, n. 1, p. 1-26, 2004.
- RESENDE, Fernando. Para um jornalismo de fricção: a delicadeza de não ter o que dizer. In: SOARES, Rosana; GOMES, Mayra Rodrigues (orgs.). **Profissão Repórter em diálogo.** São Paulo: Alameda, 2012.
- SOARES, Rosana de Lima. Realismos audiovisuais: visibilidades intertextuais em documentários televisivos. **Doc On-line,** UBI/Unicamp, Covilhã/Campinas, n.18, p. 216-240, 2015.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 2003.
- UYENO, Elzira. Morador de rua no ciberespaço: a incluir-se no discurso da ética do desejo. In: CORACINI, M. J. **Identidades Silenciadas e (In)visíveis.** Campinas: Pontes Editores, 2011.
- VEBLEN, Thornstein. **A teoria da classe ociosa.** São Paulo: Pioneira, 1965.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz. **Identidade e Diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000.